

A Nova Economia

O desfecho da negociação entre metalúrgicos e as indústrias do ABCD abre nova agenda de discussões sobre questões concretas que devem unir capital e trabalho no Brasil na busca da eficiência e produtividade. O arquivamento da velha fórmula de aumentos que resultam em repasse para o mercado — e a sua substituição pela negociação direta — já pode ser considerado enorme avanço das relações entre capital e trabalho.

Há muitas questões objetivas que precisam ser levadas em conta para que a indústria nacional e o emprego sejam preservados ante o teste definitivo da eficiência e da competitividade que é a abertura de mercado. A nova rodada de redução geral das alíquotas de importação, a propósito, não pode ser encarada por empresários nem por trabalhadores como surpresa ou traição do governo.

O processo de abertura vem desde o segundo semestre de 1988, quando ocorreu a primeira rodada de redução das barreiras protecionistas. A indústria nacional saiu da competição e o consumidor brasileiro perdeu a opção de comparar preços e qualidade entre o produto nacional e o importado.

A aceleração da abertura depois de 1990, sobretudo de 1992, não pode ter apanhado nenhum setor desprevenido. No caso da queda das alíquotas de 455 itens, houve apenas a antecipação de três meses dos níveis que iriam vigorar em 1º de janeiro de 1995, quando da ação da Tarifa Externa Comum para os países do Mercosul. Tirando o fato de que a antecipação pegou o comércio e a indústria em plena negociação de encomendas para o fim de ano, a médio e longo prazos nada mudou.

Na negociação dos metalúrgicos, a sociedade vislumbrou, por trás da retórica política, que não era o governo que impedia o acordo. O governo apenas objetou o repasse aos preços de custos salariais que deveriam ser absorvidos pelas margens de lucro das indústrias. Ou seja, o governo defendeu a sociedade contra a volta da indexação de preços e salários que destruiria o Plano Real.

O consumidor tornou-se o melhor fiscal do próprio bolso. E o trabalhador precisa garantir o seu poder de compra nas negociações diretas com as empresas. Isso passa pelo exame das planilhas para verificar o peso da mão-de-obra na produção e a sua participação na melhoria da produtividade e no lucro. Assim negociam os sindicatos no Primeiro Mundo. O direito a melhor remuneração da mão-de-obra não pode sacrificar o interesse do consumidor pela estabilidade de preços.

Novas relações entre capital e trabalho pressupõem, também, que o setor público cumpra sua parte no esforço de austeridade fiscal, que é a garantia maior da estabilidade. Neste sentido, é extremamente preocupante o tratamento de exceção dado aos bancos estaduais pelo Banco Central, que pode fazer naufragar a estabilização pelo mau exemplo.

Os estados precisam comprometer-se com a austeridade sem contar com a válvula de escape do socorro em última instância do BC aos bancos estaduais. A sociedade não faz sacrifícios — até pelo racionamento das verbas do governo federal aos programas sociais — para que alguns governadores continuem a orgia de gastos irresponsáveis.